Por não ser submisso, por não ter aceitado, por exemplo, que a denúncia contra o deputado Fernando Capez tivesse incluída a cassação de mandato dele, revoltei-me. Revoltei-me contra alguns membros do Ministério Público que pediram a cassação do deputado Capez e eu disse em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" que esta Casa tem que mostrar dignidade, não pode cair de joelhos. Vamos convocar inclusive os promotores que trabalharam. Eis que surge a prisão do meu amigo, deputado Coronel Flaviano. Levaram a matéria para a Globo, que não quis, assim como o jornal "O Estado de S. Paulo" e o jornal "Folha de S. Paulo".

Saiu que eu gostava de pão de queijo, que eu era tarado por pão de queijo e que o Coronel Flaviano era filiado ao PTB. O mesmo promotor tentou encontrar de todas as maneiras possíveis o caminho para fazer a sua vingança quanto a minha posição em relação ao deputado Capez. Não tem tempo para continuar. Eu vou aqui dizer o nome desse marginal, desse delinquente que faz parte de uma instituição séria e honrada que é o Ministério Público.

Voltando ao que interessa, os senhores e as senhoras, por favor, mesmo que todos não venham todos os dias, mas fiquem vigilantes. Os senhores e as senhoras precisam ajudar os deputados que estão defendendo a PEC 5. É bíblico: "orando e vigiando". Nós estamos na reta final. O presidente não tem como não pautar. Eu não quero esperar até o final de fevereiro. Eu quero saber as datas. Será 26 de fevereiro? Se for 26 de fevereiro vamos votar, mas, por favor, não deixem de vir a esta Casa, principalmente depois do Carnaval. Não deixem.

Esta não é uma luta apenas dos senhores. Transformou-se em uma luta desta Casa e para mim é questão de honra. Aquele deputado que não tiver coragem suficiente saia por qualquer canto deste plenário. Fuja! Fique no seu gabinete fingindo que não ouviu. Aquele membro das entidades que tiver medo não venha para esta Casa. Vamos vencer, meus amigos. Esta PEC é questão de dignidade.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, para falar em nome da vice-liderança da Minoria.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Quero primeiramente manifestar, mais uma vez, o apoio total e irrestrito da bancada do PSOL à aprovação imediata da PEC nº 05. Parabéns pela grande mobilização que vocês têm feito aqui. (Palmas.)

Fico indignado com essa situação também, porque é inusitado isso que está acontecendo. É surreal que uma Assembleia Legislativa onde 99% dos deputados defendem a aprovação da PEC nº 05, essa mesma PEC não é votada, não é pautada para votação. Isso é um absurdo total. Agora, depois de tanto debate, depois de tanta luta, há um compromisso de aprovação ainda no mês de fevereiro.

Também estamos apreensivos e defendendo que ela seja aprovada imediatamente. Já que há acordo e o empenho da palavra, inclusive do presidente Cauê Macris, que ela seja votada imediatamente, porque há um acordo, um consenso entre praticamente todos os partidos, deputados e deputadas. Então, qual é o empecilho para que ela seja colocada em regime de urgência? Nenhum.

Há uma questão de interesse político da própria Presidência e do próprio governo que interferem, logicamente. Sabemos disso, porque quem manda na Assembleia Legislativa é o governo estadual. A Assembleia Legislativa não passa de um puxadinho, de uma extensão do Palácio dos Bandeirantes, que controla com mão de ferro a sua base do Governo. Essa é a verdade. Por isso que a PEC nº 05 não foi votada ainda. (Palmas.)

Quero também pedir, mais uma vez, o apoio público. Já fiz isso, mas quero pedir o apoio para a aprovação imediata do PL nº 788, de 2017, que trata da questão dos servidores do Ministério Público Estadual. Eles prestaram concurso público, que vence agora, caduca definitivamente, no dia 28. Se nada for feito, se o projeto não for aprovado, eles serão extremamente prejudicados.

Então, a única solução para resolver isso, é a aprovação urgente, imediata, do PL nº 788, de 2017. Já fiz um apelo no Colégio de Líderes há alguns minutos atrás e faço novamente aqui, em público.

Por fim, eu queria tratar de um assunto muito importante - também emergencial - que é a questão dos professores de bandas de fanfarras da rede municipal de ensino, que estão hoje aqui, representados por uma grande comissão. Fizemos uma reunião. São professores que trabalham há mais de 20 anos na rede municipal de ensino, organizando as fanfarras e as bandas, fazendo a educação musical das nossas escolas municipais.

O prefeito Doria demitiu todos eles: dezenas de professores foram demitidos, exonerados sem nenhuma explicação, através do Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Ou seja, o governo comete um grande crime. O governo Doria acaba com um patrimônio cultural, musical e educacional.

Esses professores que estão há 20, 30 anos trabalhando na rede municipal, têm um acúmulo, têm uma experiência que ninguém tem. E o governo municipal, a Prefeitura de São Paulo, demitiu esses professores e disse que vai contratar instrutores com formação em ensino médio.

É um absurdo! Se eles quiserem, eles podem ser contratados, mas agora como instrutores, ganhando muito menos do que eles ganhavam. É um absurdo total, um crime, um atentado contra a Cultura e contra a Educação. E contra esses profissionais, que se dedicaram durante tanto tempo para o ensino de música na rede municipal de ensino.

O Doria está fazendo o mesmo que o Alckmin fez aqui. O governo Alckmin, há um ano, extinguiu a Banda Sinfônica do Estado de São Paulo, que é um patrimônio do nosso estado. O PSDB não gosta de banda! Extinguiu a Banda Sinfônica. Agora está, praticamente, inviabilizando as bandas e fanfarras da rede municipal.

Por que será que o PSDB não gosta de banda, não gosta de cultura, não gosta de música, e vai extinguindo todo esse patrimônio. É um absurdo total. Nós vamos ao Ministério Público com os professores. Vamos ter que buscar uma saída. É um absurdo o que está acontecendo na rede municipal.

Há deputado do PSDB, aqui, defendendo a candidatura do Doria para o governo estadual. Estamos perdidos. Já pensaram, se ele vem para o governo estadual? Ele piora a situação, porque, se o Alckmin já está extinguindo a Cultura, a Educação, acabando com a Segurança Pública, fico imaginando o Doria, que é mais feroz, ainda, que ele, do ponto de vista da terceirização, da privatização e da política de ódio aos servidores. Seria um retrocesso total.

Parabéns pelo trabalho de vocês. Peço uma salva de palmas para os nossos professores das Bandas e Fanfarras da Rede Municipal de Ensino. (Palmas.) Tudo faremos para reverter essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Américo pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos. Quero saudar o Sr. Presidente Cauê Macris, o líder do Governo Barros Munhoz, os Srs. Deputados Campos Machado, Teonilio Barba e demais deputados presentes nesta sessão, inaugurando o ano de 2018. Saúdo, também, os presentes na nossa galeria e o pessoal das Bandas e Fanfarras, que está ali em cima. Sou solidário à luta de vocês.

Vim falar, aqui, no pouco tempo que tenho, sobre duas questões relativas à mobilidade. O Metrô de São Paulo, há um ano e meio, licitou para uma Parceria Público-Privada a linha que nós chamamos de "Linha das Universidades". Para quem não está habituado com o mapa de São Paulo, é a linha que vai de São Joaquim, na Liberdade, até a Freguesia do Ó, com um ramal para a nossa querida Vila Brasilândia.

Houve a licitação. Ela se completou. Um consórcio liderado pela Odebrecht, com o título de "Consórcio Move", ganhou a licitação e ficou um ano sentado em cima dessa licitação, sem fazer absolutamente nada. A Odebrecht alegou falta de recurso porque o BNDES não quis financiar os cinco bilhões que caberiam ao Consórcio Move para a Parceria Público-Privada. O Estado entra com cinco e eles iam entrar com cinco.

O estado de São Paulo já gastou um bilhão e 600 milhões nessa linha. Digo aqui que eu acho que está correto. É uma linha muito importante. Esse dinheiro foi gasto basicamente com desapropriação e algumas obras iniciais.

O Consórcio Move, sentado em cima dessa licitação, anunciou, três meses atrás, que estaria vendendo esse direito para outra empresa. Também é lícito. Depois de um ano parados, sem fazer nada, atrasando o metrô, eles decidiram vender.

Fizeram um anúncio e, aí, eu acho ruim o que aconteceu. O secretário dos Transportes, o Dr. Clodoaldo, entrou na onda do consórcio e chegou a anunciar que ele teria vendido para uma empresa chinesa, chamada "China Railway" e que teria até assinado um contrato com a empresa chinesa. O Clodoaldo chegou a falar isso.

Qual não foi a minha surpresa, na semana passada, quando nós vimos que era tudo papagaiada? Eu falei, aqui, quando o Clodoaldo disse que ia vender para os chineses: "Papagaiada! Isso é onda para ganhar tempo." Ou melhor, é uma "tucanada". Desculpem. O pássaro, aí, é tucano - e não papagaio. Enfim, queriam simplesmente ganhar tempo.

Agora, os chineses disseram: "Olhem, nós não temos interesse." O que corre no mercado é que o Consórcio Move dificultou a negociação com os chineses, porque, na verdade, o Consórcio Move não queria abrir mão do negócio - ou, talvez, queira abrir mão do negócio para quem? Para outras empresas que integram o que nós tomamos conhecimento recente, o denominado cartel das empreiteiras. O cartel das empreiteiras é ativíssimo e a Camargo Corrêa o denunciou em delação premiada. É sobre esse cartel, que assaltou os cofres públicos nos últimos 16 anos, que o governador Geraldo Alckmin precisa explicar o motivo pelo qual ele atuou por 16 anos sem comodato, desviando, aproximadamente, 15 bilhões de reais de sobrepreço e de superfaturamento de quase 80 bilhões de obras esses anos todos.

Pois é. O consórcio está provocando uma licitação para que empresas do cartel ganhem.

Minha proposta é que haja, sim, uma nova licitação, mas as empresas vinculadas a esse cartel não poderão participar dessa licitação. Elas têm que estar impugnadas porque participam de um cartel que tem assaltado os cofres públicos nos últimos 16 anos.

Era isso o que eu gostaria de dizer para os senhores deputados. Muito obrigado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi pelo Art. 82, pela liderança do PSDB.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos.

É a terceira vez que eu falo sobre esse assunto, mas antes eu estava sem público.

Quero falar sobre o sucesso da concessão das linhas 5 e 17 do metrô. Nós, que tivemos um modelo moderno, um estado regulador, que pôde trazer a intermediação com Congonhas, tão sonhada para o estado de São Paulo; pôde também ligar o Capão Redondo; pôde trazer um leilão em que o ágio de mais de 185% fez com que o estado de São Paulo fosse a vanguarda na concessão do metrô.

Ora, eu vejo os argumentos. Às vezes eu até entendo o argumento ideológico de pensar que a parceria com o privado não é boa. Mas, olha, quando a gente vê o tanto que erram quando sobem aqui e falam números completamente errados. De graça, não. É uma concessão que não tem linha de trem sendo construída, mas sim a manutenção da despesa que ocorre naquele metrô - a concessão é da operação do metrô. E é aí que está a diferença: 553 milhões de reais mais 1% que se coloca constantemente durante 20 anos.

Ora, a construção da estação Santo Amaro. Além disso, uma disputa acirrada entre a CCR e o Metrô de Seul - que, sim, tentaram impedir, com mais de cinco liminares no estado de São Paulo, tentando fazer com que essa concessão não acontecesse. Mas o nosso justo Tribunal de Justiça derrubou essa liminar e fez com que esse avanço para o estado de São Paulo pudesse continuar.

Eu poderia falar de mais dezenas de erros que a oposição coloca tentando impedir essa concessão. Mas o maior erro colocado pela oposição é de pensar que a modernidade de um estado regulador, que faz parceria com o privado para que aconteça essa obra, de um estado que entrega esse ano um recorde em estações do metrô - e que estivemos juntos no começo do ano inaugurando a estação Mackenzie e mais muitas delas vão acontecer ao longo desse ano -, que pôde colocar aqui com muito pouco dinheiro do governo federal, ao longo de tantos anos em que o PT governou o país e não colocou dinheiro aqui para que o metrô acontecesse. E onde ia colocar, foi quando criou o imbróglio para que acontecesse, de fato, o metrô no estado de São Paulo.

Se temos metrô aqui hoje é porque o governo do estado de São Paulo, através do governador Geraldo Alckmin e através do governador José Serra, colocou como prioridade a mobilidade urbana dos paulistas.

Queria registrar o tremendo sucesso que foram as concessões das linhas 5 e 17.

Teremos, através dessas duas, um grande avanço. O Clodoaldo, um especialista na área, quando veio aqui colocou todas as barreiras que precisariam ser superadas para que isso acontecesse. E foram superadas.

Queria ter a lista, pois são muitas estações, se não me engano mais de 21, que serão iniciadas em 2018. É um orgulho para o estado de São Paulo, que levaremos, sim, para o resto do Brasil, se Deus quiser.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz pelo Art. 82, pela liderança do Governo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colaboradores da Assembleia, público presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de ter passado o bastão da liderança do Governo já no encerramento do ano de 2017, mas me sinto obrigado a continuar, ao menos até o término do tempo durante o qual o governador Geraldo Alckmin pretende exercer seu mandato, até para que não haja descontinuidade no nosso trabalho.

Não me sinto em condição de negar a ele minha modesta contribuição no momento difícil pelo qual passa o estado e o Brasil. Acho que devemos sempre colocar os interesses do estado, do País e da coletividade acima dos interesses pessoais e políticos.

Assim sendo, venho dizer que vejo com surpresa a crítica que se faz de forma tão contundente ao Metrô de São Paulo, que é um dos melhores do mundo. Já tive o ensejo de visitar vários, inclusive o mais famoso do planeta, que é o de Moscou. Lá o Stalin, como propaganda para agradar o povo, que o PT não chegou a imitar, fez metrôs com esculturas, obras de arte mais ricas do que as dos palácios mais ricos e requintados da Rússia. Mas o Metrô de São Paulo é modelo em várias partes do mundo, considerados vários aspectos técnicos.

Lógico que está saturado, há uma demanda muito maior. Aliás, São Paulo transporta dez milhões de pessoas por dia no transporte sobre trilhos, entre Metrô e CPTM. O único estado do Brasil que faz metrô é São Paulo. O único país do mundo onde um estado faz metrô é o Brasil. Em todos os estados brasileiros o metrô foi construído com dinheiro federal, 90 ou 95% dos recursos são federais, 5, 10% dos estados e, talvez, em algum caso, haja ajuda da prefeitura. Muito bem, sem nenhuma ajuda do governo federal.

A presidente Dilma esteve aqui em 2013, naquele levante do povo de São Paulo que acabou se espalhando pelo Brasil todo contra o aumento das passagens, contra a falta de investimentos, contra os problemas da mobilidade urbana, e ela se viu na obrigação de fazer um plano de investimentos nessa área, prometendo para São Paulo, pela primeira vez em muitos e muitos anos, 400 milhões de reais para a Linha 5. Não saiu nem um real. E do governo do Temer também ainda não saiu nem um real para aquela linha.

Então, é tudo com sangue, esforço, suor e trabalho do povo paulista que o metrô de São Paulo é construído. Está aí para quem quiser ver. Hoje, talvez não haja, no mundo, nenhum metrô se expandido tanto quanto o metrô de São Paulo. Portanto, iremos enfrentar tudo isso com a confiança de que o povo sabe ver. Entendo que o servidor público está sendo muito sacrificado. Eu entendo. Levanto a minha voz, não aqui no plenário, pura e simplesmente, não só com os amigos e companheiros, mas levanto a minha voz dentro do governo.

Hoje eu recebi um baque. O secretário adjunto da Fazenda encaminhou um ofício ao presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos da Secretaria da Agricultura, ofendendo os servidores, diminuindo-os. São servidores que eu aprendi a respeitar e a considerar. Todo servidor público é importante, mas os engenheiros agrônomos e os médicos veterinários do estado de São Paulo - e eu sou testemunha - são servidores de qualidade fantástica, que produziram uma agricultura modelar para o Brasil e para o mundo.

Ele disse que o engenheiro ambiental deve ganhar mais, porque as suas funções são mais complexas, exigem-se maior conhecimento. Disse que as funções dos engenheiros da Secretaria da Agricultura são de simples prestadores de serviço. Sou líder do Governo, mas gostaria que nenhum governo errasse. Quero que todos os governos acertem sempre. Lamentavelmente, isso não é assim.

Lamento profundamente que isso tenha ocorrido. Falo em nome dos engenheiros agrônomos, dos médicos veterinários e dos servidores da Secretaria da Agricultura. Externo a minha revolta com essa situação, o que não me faz tomar nenhuma atitude tresloucada e também não me conformar, mas reagir da forma que entendo que posso para mudar essa situação. Falei do metrô, da situação dos servidores e continuarei a falar de tudo o que for oportuno e conveniente falar.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa os seguintes requerimentos:

- requerimento assinado pelo nobre deputado Luiz Fernando Teixeira, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, solicitando a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de acompanhar a primeira reunião de trabalho da Frente Parlamentar Interestadual em Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia, a realizar-se em Brasília, no dia 19 de fevereiro de 2018.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

- requerimento para a não realização de sessão ordinária nos dias 12 a 14 de fevereiro de 2018.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

- requerimento para a não realização de sessão ordinária no dia 1º de março de 2018.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.

* * *

7 DE FEVEREIRO DE 2018
4ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ORLANDO BOLÇONE, WELSON GASPARINI e DOUTOR ULYSSES
Secretário: ED THOMAS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ORLANDO BOLÇONE
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - ED THOMAS
Para comunicação, reivindica aumento salarial para os servidores do Itesp e das demais fundações estaduais que não foram contempladas com o reajuste proposto no PLC 01/18.
3 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE
Endossa as palavras do deputado Ed Thomas e destaca a importância do Itesp na regularização fundiária do Estado. Convoca os Srs. Deputados para duas sessões extraordinárias a serem realizadas hoje, a primeira às 19h, e a segunda, dez minutos após o término da anterior.
4 - WELSON GASPARINI
Aponta que o terminal de cargas do Aeroporto Estadual Leite Lopes, de Ribeirão Preto, é subutilizado, e que, por isso, o Estado deixa de receber mais de um bilhão em tributos por ano. Apela para o início imediato das obras que permitem voos internacionais de carga no referido aeroporto.
5 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE
Dá as boas-vindas aos Srs. Carlos Murilo dos Santos, Jairo Leandro Durigan, José Aparecido Mendes Ramos e João Aparecido Baptista Paula, todos vereadores à Câmara de Mirassolândia.
6 - WELSON GASPARINI
Assume a Presidência.
7 - ORLANDO BOLÇONE
Cumprimenta os diretores e a equipe jornalística do jornal "Diário da Região", do noroeste paulista, pelo desenvolvimento de projeto que tem a intenção de publicar apenas manchetes com boas notícias todos os primeiros domingos de cada mês. Dá exemplo de notícias da referida edição do jornal.
8 - CARLOS GIANNAZI
Considera insuficiente o reajuste proposto no PLC 01/18, que trata da reposição das perdas salariais dos servidores estaduais. Menciona emenda, de sua autoria, que aumenta o percentual do reajuste salarial a todas as categorias de funcionários públicos do Executivo estadual.
9 - ORLANDO BOLÇONE
Assume a Presidência.
10 - LUIZ CARLOS GONDIM
Manifesta apoio ao movimento de mães de crianças autistas que não conseguiram voltar à escola este ano, devido a mudanças no edital do convênio de escolas com a Secretaria Estadual de Educação. Repudia a exigência de pagamento dos custos de transporte escolar pelos pais desses estudantes.
11 - CORONEL TELHADA
Menciona que reunião da CPI para investigação da operação Ethos/Condepe não foi realizada por falta de quórum. Aponta a necessidade de maiores investigações sobre o caso, já que o ex-vice-presidente do Condepe fora preso por envolvimento com o crime organizado. Pleiteia o aumento do percentual de reajuste salarial, proposto no PLC 01/18, aos policiais civis e militares. Agradece ao Governo pela nomeação de 50 médicos para a Polícia Militar, porém, reivindica que todos os 74 aprovados sejam chamados para tomar posse no cargo.
12 - CARLOS GIANNAZI
Considera injusta a proposta de reajuste salarial para os servidores do quadro de apoio escolar. Chama a população para manifestação contra a reforma da Previdência, no dia 19/02.
13 - DOUTOR ULYSSES
Assume a Presidência.
14 - MARCOS MARTINS
Alerta para o número de casos de câncer no País previstos para os próximos anos. Lembra que o benzeno, substância presente nos combustíveis, é cancerígeno e traz prejuízos para a saúde de frentistas. Defende medida que limita o contato desses profissionais com a substância.
15 - ORLANDO BOLÇONE
Para comunicação, deseja sucesso a Manoel de Queiroz Pereira Calças, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, cujo histórico profissional enaltece.
16 - MARCOS MARTINS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Defere o pedido. Desconvoca sessão solene prevista para o dia 19/02, às 20h, em "Homenagem às Associações da Polícia Militar do Estado de São Paulo", por solicitação do deputado Coronel Camilo; e sessão solene convocada para o dia 26/02, às 19h, para Comemoração dos 30 anos do Alfa Romeu Clube do Brasil, atendendo solicitação do deputado Itamar Borges. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, hoje, às 19h. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Orlando Bolçone.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ed Thomas para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ED THOMAS - PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo, por este microfone da Assembleia Legislativa, a todos os deputados, porque podemos produzir documentos juntos por essa classe trabalhadora.

O apelo é ao Governo do Estado, à Secretaria de Planejamento. O governador deu aumentos de 7%, 4% e 3,5 por cento. As fundações ficaram de fora. Eu estou falando, e peço licença, em nome dessas fundações, para falar aqui e fazer essa reivindicação, em especial em nome da fundação Itesp, dessa gente trabalhadora do Itesp.

Nós nos reunimos com o secretário de Justiça, o digno secretário Dr. Márcio Elias Rosa, o Dr. Marco Pilla, o atual diretor, Dr. Gabriel, com os trabalhadores do Itesp. Levamos o problema, a demanda de anos, nos quais eles estão, com certeza, sem a valorização necessária.

O governador, em todos os momentos em que está nas regularizações de terras, lá no Pontal, no Vale do Ribeira, fala do trabalho do Itesp, que essa gente é muito, mas muito trabalhadora, mas não tiveram reconhecimento até agora. Eles estão fora desse aumento. Nós temos auxiliares que recebem 900 reais líquidos. Isso é vergonhoso. Essa gente é a que mais precisa, são os trabalhadores que mais precisam. Não é aquilo que gostaríamos, não é o justo, mas injusto é deixar essa gente do Itesp fora.

Faço esse apelo ao governador do Estado, para que estenda o aumento a esses trabalhadores do nosso Itesp, das fundações que não foram contempladas. Fica o apelo deste deputado, porque é gente que eu conheço, é gente que trabalha muito na minha região, que trabalha muito nos assentamentos, que trabalha muito com gente da terra. Eles são técnicos, não é parte teórica apenas, é parte prática. Fica esse apelo ao governador do Estado para que estenda esse recurso, esse dinheiro aos trabalhadores do nosso Itesp. É o apelo que este deputado faz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.